

PROCESSO DE RECRUTAMENTO E SELEÇÃO DE ESTÁGIO REMUNERADO

MODALIDADE NÃO OBRIGATÓRIA

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL – PARÁ

EDITAL SGP Nº 001/2024 - TRE/PRE/DG/SGP/CODES/SGD

CADERNO DE QUESTÕES E GABARITO (PROVISÓRIOS)

LÍNGUA PORTUGUESA

01 - Duas palavras das alternativas abaixo que obedecem à mesma regra de acentuação gráfica são:

- (A) indébita / também;
- (B) história / veículo;
- (C) crônicas / atribuídos;
- (D) coíba / já;
- (E) calúnia / plágio.

02 - Na redação de um texto, pode ocorrer uma série de dificuldades com os vocábulos da língua portuguesa; as palavras abaixo que estão graficamente corretas são:

- A) advogado / metereologia;
- B) bicabornato / astigmatismo;
- C) babadouro / beneficência;
- D) reinvidicação / bugigangas;
- E) jaboticaba / cabelereiro.

03 - No segmento “parceria público-privada” há uma correta informação sobre a concordância dos adjetivos compostos por dois adjetivos e, por isso mesmo, devemos considerar errada a seguinte construção:

- (A) tratado luso-brasileiro;
 - (B) comunidades afro-asiáticas;
 - (C) relações econômico-sociais;
 - (D) injustiças arcaico-tradicionais;
 - (E) agentes públicos-financeiros.
-

04 – Na frase: “... que durante a noite brotara embrulhos e coisas”.

A forma verbal “brotara” pode ser adequadamente substituída por

- a) brotou.
- b) brotava.
- c) vinha brotando.
- d) havia brotado.
- e) eram brotados.

05 – Na frase: A dona, diligente, "havia conseguido" algumas verduras. A forma verbal entre aspas poderia ser adequadamente substituída por duas outras formas, que são:

- a) conseguira / tinha conseguido.
- b) conseguira / conseguiu.
- c) tinha conseguido / conseguiu.
- d) conseguia / conseguira.
- e) conseguiria / conseguiu.

06 - A frase em que se deveria usar a forma EU em lugar de MIM é:

- a) Um desejo de minha avó fez de mim um artista;
- b) Há muitas diferenças entre mim e a minha futura mulher;
- c) Para mim, ver filmes antigos é a maior diversão;
- d) Entre mim viajar ou descansar, prefiro o descanso;
- e) Separamo-nos, mas sempre de mim se lembra.

07 - Fragmento de texto: “É natural no ser humano o desejo de conhecer.”

A frase de Aristóteles está em ordem sintática inversa. Assinale a opção que apresenta essa mesma frase na ordem direta.

- (A) No ser humano, o desejo de conhecer é natural.
 - (B) O desejo de conhecer, no ser humano, é natural.
 - (C) É natural o desejo de conhecer no ser humano.
 - (D) O desejo de conhecer é natural no ser humano.
 - (E) O desejo de conhecer é, no ser humano, natural.
-

8 - “Os modelos pedagógicos de nossas escolas ainda são muito mais direcionados ao ensino teórico para passar no funil do vestibular, obrigando os alunos a decorar fórmulas matemáticas...”; o gerúndio “obrigando” poderia ser adequadamente substituído pela seguinte forma desenvolvida:

- (A) e obrigam;
- (B) e para obrigar;
- (C) mesmo que obriguem;
- (D) quando obrigam;
- (E) à medida que obrigam.

9 - “Inteligência e sabedoria não são a mesma coisa. Entretanto, na linguagem cotidiana, usamos os dois termos indistintamente”.

Nesse segmento do texto, o conector “entretanto” só NÃO pode ser substituído de forma semanticamente

adequada por:

- A) contudo;
- B) todavia;
- C) conquanto;
- D) no entanto;
- E) porém.

10 - Assinale a opção em que a frase mostra erro de concordância nas expressões percentuais.

- A) No Brasil, apenas 1% têm tudo.
- B) Apenas 10% das prostitutas caem na vida.
- C) Mais valem 10% de mil do que 100% de dez.
- D) O Brasil é o único país do mundo com 110% de corrupção.
- E) Havia 50% de bons ladrões no tempo de Cristo;

GABARITO DE LÍNGUA PORTUGUESA:

A 1) E; 2) C; 3) E; 4) D; 5) A; 6) D; 7) D; 8) A; 9) C; 10) A;

11) O objeto do Estudo do Direito Constitucional é:

- A) o povo;
- B) o estado;
- C) a constituição;
- D) a política;
- E) o governo;

12) A República Federativa do Brasil tem como forma de Estado:

- A) Estado Democrático de Direito;
- B) Estado Federal;
- C) Estado Unitário;
- D) Estado Republicano;
- E) Estado Americano;

13) Das definições abaixo, apenas uma não é aceitável para a Constituição:

- A) Conjunto de normas que organiza os elementos constitutivos do Estado;
- B) Conjunto de normas que, por sua especial importância, podem ser alteradas tanto por quorum especial quanto por maioria simples;
- C) Lei fundamental do Estado;
- D) Conjunto de normas fundamentais que regula a atribuição e o domínio do Poder Público, bem como os direitos fundamentais do indivíduo;
- E) Estatuto básico para a existência do Estado e que contém toda a estrutura organizacional de uma nação organizada;

14) Assinale a alternativa incorreta, em relação à Constituição atual:

- A) A forma federativa de Estado se constitui em cláusula pétrea;
 - B) O regime de governo Presidencialista não se constitui em cláusula pétrea;
 - C) O Município não é entidade federativa.
 - D) A soberania é um dos princípios fundamentais da República Federativa do Brasil;
 - E) A República, enquanto forma de governo adotada pela Constituição atual, não se constitui em cláusula pétrea.
-

15) A Constituição Federal adota o sistema de tripartição dos poderes. Diante disso, assinale a alternativa correta:

- A) A relação entre o Poder Executivo e o Poder Legislativo traduz a forma de Estado adotada pela República Federativa do Brasil;
- B) Todas as entidades federativas possuem os três poderes;
- C) Os Poderes da união são interdependentes e harmônicos entre si;
- D) Além das funções típicas, cada Poder pode exercer funções atípicas por deferência do texto constitucional;
- E) Através de emenda à Constituição é possível a supressão do supracitado sistema.

16) A República, Federação e Presidencialismo são, para a Constituição de 1988, respectivamente:

- A) Forma de Governo, Forma de Estado, Sistema de Governo.
- B) Forma de Estado, Sistema de Governo, Regime de Governo.
- C) Sistema de Governo, Regime de Governo, Forma de Estado.
- D) Forma de Estado, Regime de Governo, Sistema de Governo.
- E) Sistema de Governo, Forma de Estado, Sistema de Estado.

17) O Estado Federativo tem como características principais:

- A) Eletividade dos mandatários e temporalidade dos mandatos.
- B) Soberania e autonomia dos entes federados.
- C) Divisão de competências entre os entes federados e participação dos Estados-membros nas decisões nacionais.
- D) Representatividade dos mandatários e soberania popular.
- E) Relação rígida entre o Poder Executivo e o Poder Legislativo.

18) O Governo Republicano tem como traços distintivos:

- A) O acesso do povo ao poder.
- B) A divisão de competências entre as entidades federativas.
- C) A eletividade dos mandatários e a transitoriedade dos mandatos eletivos.
- D) A vitaliciedade e a hereditariedade.
- E) A centralização das decisões políticas e administrativas.

19) A República Federativa do Brasil se constitui em:

- A) Estado Republicano de Direito.
 - B) Estado Federativo de Direito.
 - C) Nação Democrática de Direito.
 - D) Estado Democrático de Direito.
 - E) Estado Popular de Direito.
-

20) São fundamentos da República Federativa do Brasil:

- A) A soberania, a autodeterminação dos povos, a cidadania, a igualdade entre os Estados.
 - B) A cidadania, a dignidade da pessoa humana, a solução pacífica dos conflitos, a soberania.
 - C) A soberania, a cidadania, a dignidade da pessoa humana, os valores sociais do trabalho e a livre iniciativa e o pluralismo político.
 - D) A soberania, a cidadania, a dignidade da pessoa humana, os valores sociais do trabalho e a livre iniciativa e o pluripartidarismo.
 - E) Todas as respostas anteriores estão corretas.
-

GABARITO DE DIREITO CONSTITUCIONAL:

11) C; 12) B; 13) B; 14) C; 15) D; 16) A; 17) C; 18) C; 19) D; 20) C;

21 - Sobre a diplomação dos eleitos é INCORRETO afirmar que

- A) é da competência dos órgãos colegiados da Justiça Eleitoral.
- B) tem a natureza jurídica de ato administrativo.
- C) os candidatos, Partidos e Coligações têm legitimidade para fiscalizá-la.
- D) a sua fiscalização é plena, tanto quanto à forma quanto ao conteúdo.
- E) será nula se realizada por autoridade judiciária incompetente.

22 - A competência para diplomar os Prefeitos Municipais e os Deputados Federais eleitos, é, respectivamente:

- A) das Câmaras Municipais e das Assembleias Legislativas.
- B) dos Tribunais Regionais Eleitorais e do Tribunal Superior Eleitoral.
- C) dos Tribunais Regionais Eleitorais e do Congresso Nacional.
- D) das Juntas Eleitorais e do Tribunal Superior Eleitoral.
- E) das Juntas Eleitorais e dos Tribunais Regionais Eleitorais.

23 - Têm legitimidade para fiscalizar a diplomação dos candidatos eleitos APENAS:

- A) os Partidos Políticos, as coligações, os candidatos e o Ministério Público Eleitoral.
- B) os candidatos e o Ministério Público Eleitoral.
- C) os Partidos Políticos, as coligações e o Ministério Público Eleitoral.
- D) o Ministério Público Eleitoral.
- E) os Partidos Políticos, as coligações e os candidatos.

24 - De acordo com a Lei nº 6.091/74, utilizar em campanha eleitoral, no decurso dos noventa dias que antecedem o pleito, veículos e embarcações pertencentes à União, Estados, Municípios e respectivas autarquias e sociedades de economia mista, acarreta:

- A) o cancelamento do registro do candidato ou de seu diploma, se já houver sido proclamado eleito.
 - B) a imposição de multa de 100 a 150 dias-multa.
 - C) a aplicação de pena de detenção de 3 a 6 meses, somente.
 - D) a aplicação de pena de detenção de 15 dias a 6 meses e de 200 a 300 dias-multa.
 - E) a aplicação de advertência verbal e pública pelo Presidente do Tribunal Regional Eleitoral.
-

25 - Quanto ao fornecimento de transporte gratuito nas eleições, assinale a opção correta:

- A) Nos termos da Lei n.º 6.091/1974, que disciplina o fornecimento gratuito de transporte em dias de eleição, nenhum veículo ou embarcação pode fazer transporte de eleitores desde o dia anterior até o posterior à eleição, salvo: a serviço da justiça eleitoral; coletivos de linhas regulares e não fretados; de uso individual do proprietário, para o exercício do próprio voto e dos membros da sua família; o serviço normal, sem finalidade eleitoral, de veículos de aluguel.
- B) É vedada a utilização de veículos e embarcações pertencentes à União, aos estados e aos municípios e às suas respectivas autarquias e sociedades de economia mista para o transporte de eleitores em zonas rurais, em dias de eleição.
- C) A justiça eleitoral pode requisitar veículos e embarcações a particulares para a organização do pleito, cuja utilização deve ser necessariamente gratuita, ressalvada a obrigação de abastecimento e alimentação dos tripulantes.
- D) A indisponibilidade de transporte exime o eleitor da obrigação de votar.
- E) Verificada a inexistência ou deficiência de embarcações e veículos, podem os partidários ou os candidatos disponibilizar o transporte gratuito de seus eleitores.

26 - Com relação às condutas vedadas aos agentes públicos em campanhas eleitorais, de acordo com a Lei n.º 9.504/1997, assinale a opção correta:

- A) É vedado, na circunscrição do pleito, nos três meses que o antecedem e até a posse dos eleitos, sob pena de nulidade de pleno direito, realizar transferência voluntária de recursos da União aos estados e municípios, bem como dos estados aos municípios, ressalvados os recursos destinados ao cumprimento de obrigação formal preexistente para execução de obra ou serviço em andamento e com cronograma prefixado, e os destinados ao atendimento de situações de emergência e de calamidade pública.
 - B) É vedado, na circunscrição do pleito, nos três meses que o antecedem e até a posse dos eleitos, sob pena de nulidade de pleno direito, exonerar ex officio servidor público, ressalvada a exoneração de cargo em comissão.
 - C) É terminantemente vedado, nos três meses que antecedem o pleito, autorizar publicidade institucional de atos, programas, obras, serviços e campanhas dos órgãos públicos federais, estaduais ou municipais, ou das respectivas entidades da administração indireta, podendo a justiça eleitoral autorizar tal veiculação em caso de grave e urgente necessidade pública.
 - D) A vedação à autorização de publicidade institucional alcança os agentes públicos de todas as esferas administrativas, ainda que os respectivos cargos não estejam em disputa na eleição.
 - E) Em ano de eleição, é proibida a distribuição gratuita de bens, valores ou benefícios pela administração pública, ressalvados os casos de calamidade pública, de estado de emergência ou de programas sociais já autorizados em lei, independentemente de execução orçamentária no exercício anterior.
-

27 - Acerca dos partidos políticos, assinale a opção correta:

- A) No sistema majoritário, o cargo político pertence ao partido, e não ao candidato.
- B) No âmbito da atividade partidária, é solidária a responsabilidade entre os órgãos partidários municipais, estaduais e nacional, em caso de violação a direito, dano a outrem ou de qualquer outro ilícito.
- C) A legislação eleitoral permite a existência de federação de partidos, a qual, uma vez instituída, exige a permanência, por no mínimo 4 anos, dos partidos reunidos, sob pena de vedar ao partido que descumprir tal exigência o acesso ao fundo partidário.
- D) Havendo coexistência de filiações partidárias, prevalecerá a mais antiga e a justiça eleitoral determinará o cancelamento das demais.
- E) Ao partido político são assegurados, com a aquisição da personalidade jurídica e após a obtenção do apoio mínimo definido na lei eleitoral, o recebimento de recursos do fundo partidário e o acesso gratuito ao rádio e à televisão.

28 - Segundo o que estabelece a legislação eleitoral acerca das condutas de agentes públicos em campanhas eleitorais, é permitido:

- A) ao prefeito municipal ceder, em benefício de candidato, partido político ou coligação, bem imóvel pertencente à administração municipal, para a realização de convenção partidária.
- B) usar materiais ou serviços, custeados pelos Governos ou Casas Legislativas, ainda que excedam as prerrogativas consignadas nos regimentos e normas dos órgãos que integram.
- C) ao prefeito ceder servidor público do município para comitês de campanha eleitoral de candidato, partido político ou coligação, durante o horário de expediente normal, ainda que o servidor não esteja licenciado.
- D) ao agente público permitir uso promocional em favor de candidato, partido político ou coligação, de distribuição gratuita de bens e serviços de caráter social custeados ou subvencionados pelo Poder Público, tendo em vista a função social da referida ação.
- E) realizar, no primeiro semestre do ano de eleição, despesas com publicidade dos órgãos públicos federais, estaduais ou municipais, ou das respectivas entidades da Administração indireta, que excedam a média dos gastos no primeiro semestre dos três últimos anos que antecedem o pleito.

29 - De acordo com o Código Eleitoral, compete:

- A) aos juízes e juntas eleitorais julgar os recursos interpostos das decisões dos próprios juízes eleitorais que concederem ou denegarem habeas corpus ou mandado de segurança.
- B) privativamente ao Tribunal Superior Eleitoral autorizar, no Distrito Federal e nas capitais dos Estados, ao seu presidente e, no interior, aos juízes eleitorais, a requisição de funcionários federais, estaduais ou municipais para auxiliarem os escrivães eleitorais, quando o exigir o acúmulo ocasional do serviço.
- C) aos juízes e juntas eleitorais responder, sobre matéria eleitoral, as consultas que lhes forem feitas, em tese, por autoridade pública ou partido político.
- D) privativamente, aos Tribunais Regionais Eleitorais, fixar a data das eleições de governador e

vice-governador, deputados estaduais, prefeitos, vice-prefeitos, vereadores e juízes de paz, quando não determinada por disposição constitucional ou legal.

E) privativamente, aos Tribunais Regionais Eleitorais, aprovar a divisão dos estados em zonas eleitorais ou a criação de novas zonas.

30 - O candidato que vier a doar, oferecer, prometer, ou entregar, ao eleitor, com o fim de obter-lhe o voto, bem ou vantagem pessoal de qualquer natureza, inclusive emprego ou função pública, desde o registro da candidatura até o dia da eleição, pratica uma conduta ilícita que:

- A) não enseja punição se o candidato já estiver diplomado.
 - B) exige pedido explícito de votos.
 - C) constitui captação de sufrágio.
 - D) dispensa a evidência do dolo, consistente no especial fim de agir.
 - E) é punida com multa, mas sem cassação do registro.
-

GABARITO DIREITO ELEITORAL:

21)B; 22) E; 23)A; 24)A; 25)A; 26)A; 27)C; 28)A; 29) D; 30) C.

31. Qual é o conceito de ato administrativo?

- A) Ato praticado por particular em colaboração com a administração pública.
- B) Ato praticado por autoridade pública no exercício de suas funções.
- C) Ato praticado por qualquer pessoa física ou jurídica.
- D) Ato praticado exclusivamente pelo Poder Legislativo.
- E) Ato praticado exclusivamente pelo Poder Judiciário.

32. Qual é a principal característica do regime jurídico-administrativo?

- A) A igualdade entre as partes.
- B) A supremacia do interesse público sobre o privado.
- C) A liberdade contratual.
- D) A autonomia da vontade.
- E) A prevalência do interesse privado sobre o público.

33. O que é licitação?

- A) Processo de contratação direta sem concorrência.
- B) Procedimento administrativo para aquisição de bens e serviços.
- C) Ato unilateral da administração pública.
- D) Contrato firmado entre particulares.
- E) Processo judicial de execução fiscal.

34. Qual é o prazo de validade de um concurso público, conforme a Constituição Federal?

- A) 1 ano, prorrogável por mais 1 ano.
- B) 2 anos, prorrogável por mais 2 anos.
- C) 3 anos, prorrogável por mais 3 anos.
- D) 4 anos, prorrogável por mais 4 anos.
- E) 5 anos, prorrogável por mais 5 anos.

35. Qual é a definição de improbidade administrativa?

- a) Ato de gestão eficiente dos recursos públicos.
 - b) Ato de desvio de finalidade na administração pública.
 - c) Ato de corrupção ou desonestidade no exercício da função pública.
 - d) Ato de cumprimento das normas administrativas.
 - e) Ato de transparência na gestão pública.
-

36. O que é um agente público?

- A) Qualquer pessoa que preste serviço à administração pública, com ou sem remuneração.
 - B) Apenas servidores concursados.
 - C) Apenas servidores comissionados.
 - D) Apenas funcionários de empresas privadas.
 - E) Apenas membros do Poder Legislativo.
-

37. Qual é o princípio da legalidade na administração pública?

- A) A administração pode agir conforme sua vontade.
 - B) A administração deve agir conforme a lei.
 - C) A administração pode agir contra a lei se for necessário.
 - D) administração pode agir conforme os interesses privados.
 - E) A administração pode agir conforme os interesses políticos.
-

38. O que é controle interno na administração pública?

- A) Controle exercido por órgãos externos à administração.
 - B) Controle exercido por órgãos internos da administração.
 - C) Controle exercido pelo Poder Judiciário.
 - D) Controle exercido pelo Poder Legislativo.
 - E) Controle exercido pela sociedade civil.
-

39. Qual é o objetivo do processo administrativo disciplinar?

- A) Avaliar o desempenho dos servidores.
 - B) Aplicar penalidades aos servidores que cometem infrações.
 - C) Promover servidores por mérito.
 - D) Realizar auditorias financeiras.
 - E) Contratar novos servidores.
-

40. O que é ato vinculado na administração pública?

- A) Ato que depende da discricionariedade do administrador.
 - B) Ato que deve seguir estritamente a lei, sem margem para decisão pessoal.
 - C) Ato que pode ser alterado conforme a conveniência do administrador.
 - D) Ato que depende da aprovação do Poder Legislativo.
 - E) Ato que depende da aprovação do Poder Judiciário.
-

GABARITO DE DIREITO ADMINISTRATIVO:

31) B; 32) B; 33) B; 34) B; 35) C; 36) A; 37) B; 38) B; 39) B; 40) B;
